

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	1
Título: Dar um gás	2
Título: Petrobrás lidera cortes em publicidade.....	2
VEÍCULO: Valor Econômico	3
Título: ANP faz consulta sobre mercado de gás natural	3
Título: Vale estuda diversificar ativos	4
Título: Queda do PLD pode ajudar a aliviar exposição ao risco hidrológico	6
Título: Mecanismo de compensação cancela 1,3 mil MW médios.....	8
Título: Petrobras tenta recuperar mercado	9
Título: Curtas	10

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / colunas

Autor: Maria Cristina Frias**Título: Dar um gás**

A CTG (Companhia de Transporte de Gás), que transporta gás natural a áreas não atendidas por distribuidoras, planeja aportar R\$ 30 milhões neste ano.

Os recursos virão da gestora de investimentos Diamond Mountain, que acaba de se tornar acionista minoritária da empresa.

"A previsão é que, pelos próximos três anos, sejam investidos ao menos R\$ 80 milhões", diz o presidente da CTG, Horacio Andrés.

Atualmente, a companhia compra o gás das próprias distribuidoras — recentemente, fez projetos com a Comgás e, hoje, faz estudos em parceria com a Bahiagás.

A maior perspectiva de crescimento do setor, porém, é a expansão da geração distribuída de biogás.

"O gargalo desse segmento é o transporte. Com soluções de logística, o mercado deve se tornar competitivo."

R\$ 23 milhões faturou a CTG em 2016

R\$ 2 bilhões é o caixa da Diamond Mountain

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernando Scheller****Título: Petrobrás lidera cortes em publicidade**

Em meio à crise econômica, companhias reduzem investimentos; estatal fez corte de 37% no ano passado

Em um ano difícil para a economia, boa parte das grandes empresas nacionais freou os gastos com propaganda, segundo a nova edição do anuário Agências & Anunciantes, referente ao ano de 2016. A soma do investimento em publicidade dos 20 maiores anunciantes caiu pouco mais de 1% — isso sem contar a inflação do ano passado, que ficou em 6,29%. Entre os cortes, o mais profundo foi feito pela Petrobrás — que, entre 2015 e 2016, passou da 7.^a para a 20.^a posição na lista elaborada pelo Kantar Ibope Media e divulgada pelo jornal Meio & Mensagem. De um ano para o outro, o investimento da estatal caiu quase 37%, passando de R\$ 460,2 milhões para pouco menos de R\$ 290 milhões. A

Petrobrás disse ao Estado que, “como ocorre em outras áreas, houve também para a publicidade uma redução orçamentária em linha com as ações de otimização de custos realizadas pela companhia”.

Contando apenas o “top 10”, a maior redução de investimentos foi da Ambev – dona de marcas como Antarctica, Skol e Brahma. No caso da gigante de bebidas, a baixa foi de 18,4%, o que fez a companhia cair da 6.ª para a 7.ª posição.

Procurada, a Ambev afirmou que direcionou uma fatia maior de seu investimento em marketing para patrocínios e apoios. Além disso, ampliou em mais de 10% o aporte no Facebook e no Google, que não entram na pesquisa do Ibope Kantar Media, que considera apenas empresas de mídia. Efeitos da crise. A retração da economia atingiu em cheio as verbas publicitárias, que costumam seguir de perto a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) – no ano passado, o PIB teve queda de 3,6%.

"Se a empresa está vendendo menos, é natural que o investimento diminua, até porque o valor representará um percentual de um faturamento mais baixo", ponderou Salles Neto, presidente da Meio & Mensagem. No caso da Petrobrás, diz o executivo, pesou também o programa de cortes de gastos da petrolífera, um reflexo dos problemas financeiros enfrentados pela companhia na esteira da Operação Lava Jato, que investiga um esquema de corrupção envolvendo a empresa. Os valores apurados pelo Ibope Kantar Ibope Media já levam em conta os descontos médios aplicados pelas diferentes mídias – televisão, internet, jornal, revistas e rádio, por exemplo – na cobrança dos anúncios. (...)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: ANP faz consulta sobre mercado de gás natural

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizará audiência pública para discutir possíveis mudanças na especificação do gás natural fornecido ao mercado. O prazo para a abertura do processo e o cronograma de implementação das eventuais alterações, porém, não estão definidos.

"A ANP realizará consulta e audiências públicas, quando todos os interessados no tema, além dos que já estão sendo ouvidos, poderão encaminhar sugestões e comentários relativos à proposta final da minuta para o novo regulamento, se a conclusão for pela edição de novo ato normativo", informou a autarquia, em nota.

Em reportagem publicada na quinta-feira, o Valor informou que estudo feito pela consultoria Environmental Resources Management (ERM) indicou um potencial aumento de 7% de emissões de gases de efeito estufa, a partir das mudanças de especificação do gás em análise pela autarquia, que, segundo a consultoria, permitirão a comercialização de um produto com maior participação de etano.

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace), que reúne grandes indústrias, solicitou então a realização de uma análise de impacto regulatório e de abertura de uma audiência pública sobre o tema.

A ANP acrescentou que já está ouvindo agentes econômicos envolvidos sobre possíveis alterações e que, além da audiência pública, pretende iniciar estudo técnico, ambiental e econômico para avaliar possíveis impactos que uma eventual mudança nos limites de teores de hidrocarbonetos na especificação do gás poderão causar.

A agência explicou ainda que há três hipóteses em estudo, no que diz respeito ao teor de etano. A primeira consiste em não alterar o limite máximo de teor de etano, de 12%. A segunda prevê a elevação do limite máximo especificado para 14%. E a terceira é remover os limites máximos de composição de hidrocarbonetos na especificação (metano, etano, propano, butano e componentes mais pesados). "É possível que, ao longo dos estudos, outras hipóteses sejam trazidas à ANP", completou a autarquia.

Um dos receios das grandes indústrias é a elevação de custos para adaptar os equipamentos às novas especificações do gás. A Petrobras informou ter realizado uma série de estudos em seu centro de pesquisas (Cenpes) para identificar possíveis impactos com a alteração da especificação e que, "nos segmentos automotivo, residencial e industrial, não foram identificados quaisquer impactos".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Vale estuda diversificar ativos

A Vale, na gestão de Fabio Schvartsman, vai avaliar a diversificação dos negócios como forma de reduzir a dependência da empresa do minério de ferro. Schvartsman, que assumiu a presidência da mineradora há uma semana, reuniu-se com analistas de bancos de investimento na sexta-feira, e indicou que diversificar o portfólio, embora não seja tarefa fácil, pode ser um caminho para

a Vale desde que faça sentido em termos de produtos - commodities - e de preços. Na visão de analistas, dada a volatilidade do mercado, a Vale continua sensível às variações nos preços do minério de ferro. "A Vale virou uma espécie de derivativo de minério de ferro", disse uma fonte.

Embora o mercado esteja otimista com a nova gestão da Vale, não há convicção se as cotações do minério de ferro chegaram ao "pisso" uma vez que a curva de preços futuros da commodity aponta para baixo. Esse é um ponto negativo para a Vale dada a forte correlação que existe entre os preços da commodity e os resultados da companhia. Na sexta, a curva de preços futuros do minério em Cingapura apontava para US\$ 55 por tonelada no quarto trimestre, número que deve cair para US\$ 51,78 em 2018 e para US\$ 47,84 em 2019. Também na sexta, o minério com teor de 62% de ferro fechou a US\$ 57,80 por tonelada no mercado à vista de Tianjin, na China.

Em relatório enviado aos clientes na sexta, depois do encontro com Schvartsman, o Credit Suisse avaliou que a questão não é se a Vale deve ou não diversificar seu portfólio, mas fazer a diversificação certa. O banco afirmou que o negócio de níquel, por exemplo, não gera lucro suficiente. "A companhia vai reavaliar toda a sua base de ativos e posteriormente estabelecer o crescimento ótimo e a estratégia de diversificação", disse o Credit Suisse em relatório.

No encontro com os analistas, o presidente da Vale enfatizou que a prioridade de sua gestão estará assentada em quatro pilares: estratégia, performance, governança e sustentabilidade. Do encontro, os bancos destacaram ainda a criação de um grupo de trabalho que fará um diagnóstico da companhia em 60 dias e a contratação da empresa de consultoria Falconi para fazer uma verificação da matriz de custos, inicialmente no negócio de pelotas de minério de ferro.

O J.P. Morgan destacou também, em relatório, a crença do presidente da Vale que a mineradora precisa crescer dentro de uma estratégia de longo prazo. Essa posição marca uma mudança em relação à gestão anterior, que teve de lidar com o colapso nos preços das commodities e, nesse contexto, retardou a agenda de crescimento. A diversificação também deve ser perseguida, segundo o J.P Morgan: "Schvartsman quer repensar o portfólio de negócios da Vale."

No período recente, o minério de ferro tem representado entre 80% e 85% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da Vale. Trata-se de negócio com uma grande participação na geração de caixa da companhia e, dado o volume de produção da Vale, qualquer oscilação de preço é significativa. Tomando-se como base uma produção possível pela empresa de 350 milhões de toneladas de minério de ferro neste ano, cada US\$ 1 de queda no preço do minério representa US\$ 350 milhões a menos de receita.

Na visão de fontes próximas da Vale, a diversificação não é tarefa simples dado o tamanho do negócio de minério de ferro da companhia. Uma fonte afirmou que outros segmentos de atividade da Vale, como metais e carvão, também são negócios de porte, embora sejam alvo de críticas do mercado por gerarem pouca receita. É o caso do segmento de metais, que em 2016 gerou Ebitda de US\$ 1,8 bilhão e do carvão, que terminou o ano com Ebitda negativo, resultado revertido no primeiro trimestre de 2017. Na visão da Vale, mesmo que o resultado da empresa oscile a partir do que acontece com o minério de ferro, a companhia está preparada para enfrentar cenários de preços menores. "A companhia tem que estar preparada para passar por um ciclo de preços baixos e enfrentar a volatilidade do mercado", disse uma fonte.

Um analista disse que Schvartsman "herdou" uma empresa mais enxuta, com uma boa base de ativos. Nos últimos anos, a companhia fez o dever de casa em termos de redução de custos, trabalho esse que será mantido por Schvartsman. A Vale também está em processo de desalavancagem. A expectativa é que a mineradora possa reduzir a dívida líquida para um patamar inferior aos US\$ 15 bilhões, destacou o Credit Suisse. Essa é uma meta que poderá ser alcançada ainda este ano, dependendo do comportamento dos preços.

A Corretora Itaú BBA também destacou em relatório que a Vale precisa de uma estratégia de crescimento de longo prazo, além de reduzir a dependência do minério de ferro. "Schvartsman vê crescimento através de fusões e aquisições como prioridade para acelerar o processo de diversificação da Vale, mas ele também reconhece os desafios em executar bem essa estratégia", disse o Itaú BBA.

Em abril, o Valor mostrou que as ações da mineradora passaram a ser negociadas com menos desconto em relação aos seus pares no mercado internacional por força da percepção de melhoria na governança da empresa e também por um "descolamento" das ações em relação ao minério de ferro. Mas na visão de analistas esse "descolamento" ainda não é estrutural.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Queda do PLD pode ajudar a aliviar exposição ao risco hidrológico

A forte queda no preço de liquidação das diferenças (PLD) desta semana é uma boa notícia para aqueles que estão expostos ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês).

Isso porque a maior parte das geradoras hidrelétricas acaba liquidando a exposição ao GSF no mercado de curto prazo. Como o PLD esteve acima de R\$ 450 por megawatt-hora (MWh) durante todo o mês de maio, o valor referente à exposição ao GSF era consideravelmente grande.

Com a queda de 75%, para R\$ 118,77/MWh, nas regiões Sudeste, Sul e Norte no período de 27 de maio a 2 de junho, o valor da exposição tende a ser menor.

Outra boa notícia é que o GSF previsto pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para maio caiu de 23,5% para 20,6%. Para junho, a expectativa é de um índice de 17,1%.

Isso significa que uma hidrelétrica que tenha 100 megawatts (MW) médios de garantia física vai ter gerado, em média, 79,4 MW médios durante maio. Se a usina contratou 95 MW médios, vai precisar comprar os 15,6 MW médios restantes no mercado de curto prazo, pagando o PLD.

Ainda é um nível consideravelmente alto, mas indica que a CCEE vai revisar para baixo a sua projeção do início de maio para o GSF médio do ano, de 19,2%.

Até o início do mês, a CCEE contava com um PLD médio de R\$ 353/MWh e o GSF médio de 19,2%, resultando numa exposição de R\$ 39,7 bilhões. Desse montante, R\$ 26,7 bilhões estavam em contratos no mercado regulado e outros R\$ 13 bilhões no mercado livre.

No mercado regulado, a maior parte dos agentes está protegida, seja por mecanismos de hedge ou pelo "seguro" que o governo ofereceu em 2015 na chamada repactuação do risco hidrológico, quando foi publicada a Medida Provisória (MP) 688, convertida na Lei 13.203 de 2015.

O problema urgente está no mercado livre. O produto do "seguro" voltado para esses contratos não agradou e os agentes preferiram manter as liminares que limitam os efeitos do GSF em suas contas a zero ou 5% de exposição. Desde então, a CCEE já acumula um montante de R\$ 1,6 bilhão em aberto nas liquidações do mercado de curto prazo, referente às liminares do GSF.

Ainda que a exposição no mercado livre este ano não chegue aos R\$ 13 bilhões calculados pela CCEE anteriormente, devido à atualização das premissas, o problema segue urgente para o governo, pois o mercado de curto prazo pode travar, inviabilizando novos negócios.

A expectativa da CCEE e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) era de que os maiores geradores protegidos por liminares entregassem até o fim da semana passada uma proposta de repactuação, envolvendo a desistência das liminares e a extensão de suas concessões como contrapartida. A proposta foi o

resultado de várias reuniões realizadas entre as empresas e membros da CCEE e da Aneel.

A crise do governo que estourou com a divulgação da delação da JBS, porém, travou as negociações, e a proposta ainda não foi entregue, segundo o Valor apurou. A CCEE deve atualizar as projeções do GSF e ao PLD ainda hoje.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Mecanismo de compensação cancela 1,3 mil MW médios

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) divulga hoje o resultado definitivo da última rodada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de energia nova. O resultado preliminar, ao qual o Valor teve acesso, indica que houve uma redução permanente de 1.368 megawatts (MW) médios em garantia física. Isso significa que esses projetos tiveram seus contratos cancelados de forma definitiva com as distribuidoras que haviam comprado a energia originalmente. Além disso, outros 534 MW médios foram cedidos de forma "compulsória", ou seja, trocaram de distribuidoras.

O MCSD de energia nova foi a forma encontrada pelo governo para ajudar a mitigar a sobrecontratação das distribuidoras, ao mesmo tempo em que permite que os projetos de geração com atraso ou problemas de execução possam postergar - ou cancelar, como nesse caso - os contratos.

A Renova Energia, por exemplo, conseguiu cancelar permanentemente 188,2 MW médios em contratos nessa rodada do MCSD.

Para as distribuidoras de energia, o resultado também tem sido positivo. A Eletropaulo, uma das concessionárias que estava mais sobrecontratada até o início do ano, já reduziu a previsão de 2017 de 105,9% para 105,8%, e o nível de 2018 caiu de 107,5% para 104,8%. O MCSD foi uma das ferramentas que possibilitou isso.

Nas três rodadas do mecanismo realizadas em 2016, houve a redução de 1.050 MW médios em contratos, que tiveram a validade adiada para o início deste ano. Em janeiro, a CCEE executou uma nova rodada, que postergou 415,2 MW médios em projetos para janeiro de 2018. Essa foi a primeira rodada feita com a possibilidade de cancelamento permanente dos contratos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho**Título: Petrobras tenta recuperar mercado**

A decisão da Petrobras de reduzir em 5,4% o preço médio da gasolina e em 3,5% o preço médio do diesel, na noite de quinta-feira, foi motivada muito mais por uma estratégia de recuperação de mercado do que repasse ao consumidor de uma redução dos preços dos combustíveis no mercado internacional. Passados sete meses desde o lançamento da nova política de preços, a companhia ainda não conseguiu conter os avanços das importações por terceiros e recuperar o mercado perdido.

Em relatório sobre o assunto, o UBS indicou que a companhia começou a ter problemas com relação à sua fatia no mercado de combustíveis domésticos, com o aumento das compras de diesel e gasolina pela concorrência.

Em comunicado divulgado, na semana passada, a Petrobras destacou que a importação de gasolina por terceiros aumentou de 240 milhões de litros em fevereiro para 419 milhões de litros em abril, com previsão de manutenção desse patamar em maio. Com relação ao diesel, a importação passou de 564 milhões de litros em fevereiro para 811 milhões de litro em abril, com previsão de superar 1 bilhão de litros em maio.

"Com isso, as refinarias da Petrobras podem chegar a um fator de utilização abaixo do último dado divulgado pela companhia em seus resultados trimestrais, que foi de 77%", acrescentou a estatal.

As importações de diesel e gasolina por terceiros ganharam força nos últimos anos, quando a Petrobras decidiu elevar suas margens para recompor o caixa. Com o prêmio elevado, comprar combustível no exterior passou a ser mais barato que comprar das refinarias da estatal. Não demorou para que as empresas passassem a apostar nas importações. Desde o lançamento da política de precificação da Petrobras, em meados de outubro, os preços da estatal nas refinarias caíram, mas dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) indicam que importar ainda continua sendo vantajoso.

De acordo com dados da ANP, no segundo bimestre de 2017, as tradings pediram autorização para importar 3,312 bilhões de quilos de diesel, 47% a mais que o registrado entre janeiro e fevereiro e 49% acima dos pedidos acionados no segundo bimestre de 2016.

Com o aumento das importações por terceiros, o fator de utilização das refinarias brasileiras pode continuar em queda e chegar a 75%, segundo o UBS.

"As margens de refino atuais claramente não são sustentáveis no longo prazo. E devemos ver um nível normalizado de 5% a 10%", afirmam os analistas Luiz Carvalho e Julia Ozenda, em relatório sobre o assunto distribuído a clientes.

Pelos cálculos do UBS, antes do anúncio de quinta-feira e considerando um custo de importação de US\$ 7 por barril, o preço spot (curto prazo) da gasolina europeia estava com um prêmio de 2,9% (e prêmio de 8,9% na média móvel de 30 dias), enquanto o diesel estava com prêmio de 16,4% (e prêmio de 22,4% na média móvel de 30 dias).

Com o reajuste, ainda pelas contas do banco, o preço spot da gasolina passou para uma defasagem de 2,3% e o prêmio spot do diesel caiu a 13,3%.

"Após a recente desvalorização do real por volta de 6% devido aos eventos políticos no Brasil, o prêmio caiu e olhando apenas o spot, essas quedas não fariam muito sentido", completam os analistas, destacando que a estatal levou em consideração a perda de mercado, ao tomar a decisão de baixar os preços nas refinarias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Xisto é problema na BHP

A BHP Billiton assegurou aos acionistas que está explorando inúmeras opções para sua controversa unidade de produção de xisto nos Estados Unidos em meio à pressão do investidor Elliott Management Corp. para realizar uma revisão mais ampla das operações de petróleo. Em uma série de reuniões na Austrália, na semana passada, o presidente-executivo da multinacional, Andrew Mackenzie, sublinhou aos acionistas que a BHP, maior mineradora do mundo, está aberta a vender partes do portfólio onshore. Segundo a agência de notícias Bloomberg, a Elliot quer uma análise independente da unidade de petróleo da BHP e alega que a mineradora destruiu cerca de US\$ 31 bilhões em valor em sua incursão por xisto nos Estados Unidos, além de falhar na exploração de petróleo.

MME / ASCOM .